

PINGA-FOGO

■ **PREFEITOS DESESPERADOS COM DECISÃO DE DINO** - O secretário nacional de Assuntos Federativos do Planalto, André Ceciliano, só nesta quinta, 26, falou com mais de 100 prediletos. Todos desesperados pelo efeito da decisão do Ministro Flávio Dino de congelar as emendas de bancada. Muitos prefeitos, alguns em final de mandato, já estão com o dinheiro no cofre, com nota de liquidação emitida e sem poder pagar pela decisão judicial. Como o governo federal repassou os valores, ele não pode atribuir a decisão do ministro a uma orientação palaciana.

■ **FLÁVIO DINO VAI SER O CARRASCO DO PARLAMENTO** - O que ligou o alerta dos líderes foi o pedido do Ministro Flávio Dino de levar para o seu gabinete mais de 60 processos no STF que envolvem parlamentares e irregularidades em emendas. Dino vai ser um novo Alexandre de Moraes na Corte, usando a questão das emendas para virar o carrasco.

■ **AGENSERA, VIRA PUXADINHO DA POLÍCIA CIVIL DO RIO** - A Agensera - Agência Reguladora de Saneamento Básico e Energia do Estado do Rio virou um verdadeiro puxadinho da Polícia Civil fluminense. A recente nomeação para o cargo de conselheira, da delegada Gisele Pereira, nome já aprovado pela Alerj, aumenta o número de policiais civis em postos chaves da agência. Ela reforçará a equipe do Delegado Rafael Menezes (Presidente/conselheiro), que tem o Delegado Marcos Cipriano como Conselheiro. No quadro, ainda o Delegado Carlos Abreu (Corregedor), entre outros em função de chefia.

■ **DANIEL SILVEIRA DEVERIA SER USADO COMO PARADIGMA PARA EXECUÇÕES PENASIS NO RIO** - O ex-parlamentar Daniel Silveira investigado, acusado e condenado pela Suprema Corte de atentar contra a democracia do país, volta, novamente, a cumprir pena de prisão. A medida foi tomada sob argumentos de descumprimento das

regras da domiciliar. O curioso é que no estado do Rio a Vara de Execuções Penais não dá o mesmo tratamento aos infratores da regra da prisão domiciliar no estado. A SEAP, responsável por informar os descumprimentos das regras à VEP, tem se desdobrado para informar o percentual de mais de 40% de evadidos nas saídas e das violações da tornozeleira eletrônica. Será que assistiremos a mesma medida no dia 03 de janeiro, data do retorno das centenas de presos que receberam a saídinha de natal?

■ **MILEI EM ANGRA** - O presidente da Argentina, Javier Milei, é aguardado em Angra dos Reis para celebrar o réveillon na paradisíaca Ilha Sundara, a convite de amigos. Embora sua presença ainda não esteja oficialmente confirmada, o governo brasileiro foi informado da possível visita, que terá caráter pessoal. As informações são do Diário do Poder. Milei deve reencontrar colegas de um clube de vela argentino, incluindo um ministro de seu governo, que chegaram à região em um veleiro de mais de 100 pés. A embarcação, ancorada em Paraty durante o Natal, segue para Sundara, luxuoso refúgio alugado por empresários e palco de reuniões exclusivas.

■ **A POSSE DOS ELEITOS NA BAIXADA** - Lideranças políticas da Baixada Fluminense já estão divulgando em suas redes sociais, o local e horário de algumas cerimônias de posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que serão realizadas no dia 1º de janeiro. Em Duque de Caxias, o prefeito Netinho Reis, a vice, Aline Ribeiro, e os vereadores eleitos, serão empossados em solenidade no plenário da Câmara Municipal, às 17h. Na vizinha Belford Roxo, Márcio Canella, prefeito eleito, e sua vice, Mariana Malta, tomarão posse em cerimônia que acontecerá no Country Club, às 11h. No município de Queimados, o prefeito reeleito Glaucio Kaizer, o vice Zaqueu Teixeira e vereadores, serão empossados em solenidade no Ginásio Metodista, às 17h.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@columnamagnavita

O Natal entre família dos nossos dirigentes

Fotos CM



'O Natal é tempo para estarmos mais próximos de quem amamos!', foi assim que o governador do Rio, Cláudio Castro, dividiu o seu natal com os internautas, junto a sua esposa, a primeira-dama Aneline, os filhos João Pedro e Maria Eduarda, e a fofa Milla, a pet da família



O tradicional retrato natalino da família do prefeito do Rio, Eduardo Paes. Na foto, o dirigente com a esposa, a primeira-dama da capital, Cristine, e os filhos Isabela e Bernardo



O tradicional retrato da 'Grande Família', do presidente do TJRJ, Ricardo Cardozo. Na parte superior, sua nora Stephanie; sua neta Maria Luiza; Lucas; e sua filha Livia Cachapuz. Já ao seu lado, sentados, a sua esposa Marta; Leila e Alcir Cachapuz



Aquela selfie em família do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, junto a sua esposa Manoella e o filho Bernardo

Instagram @thiagopampolha.rio



O Papai Noel também visitou o Natal da família Miccione. O secretário de Estado da Casa Civil do Rio, Nicola Miccione, com a esposa Tatiana e os filhos Enzo, Pietro e Giovanna



O prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes, com a futura primeira-dama da Cidade Imperial, Leticia Costa, e o filho Hian



Junto ao bom velinho, o vice-governador do Rio, Thiago Pampolha, comemorou o primeiro natal da sua filha, a pequena Malu, que no ano passado ainda estava na barriga da mamãe Rafaela Figueiredo; e o seu filho Bernardo



'Passando com meus amores para desejar um bom final de ano!', esses foram os votos do secretário Nacional de Assuntos Federativos, André Ceciliano, pelas redes sociais. Na foto, junto a sua esposa Ludmilla Ramanho e sua filha Giulia



Quem também registrou mais uma noite natalina foi o subsecretário de Articulação Institucional, Anderson de Paula, ao lado de sua esposa Flávia Codeiro e os filhos Andressa, Beatriz e Arthur



O alto astral de mais um Natal do secretário de Estado de Turismo do Rio, Gustavo Tutuca, com a família reunida. Na foto, com a esposa Andrezza Borges e os filhos Gustavo, Arthur e Vitoria

Fernando Molica

Os deputados que não se emendam

Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino deu um presente de R\$ 4,2 bilhões aos cidadãos brasileiros ao barrar a liberação de emendas parlamentares aprovadas na base do "La garantía soy yo".

Não é razoável pagar 5.449 emendas com base numa espécie de abaixo-assinado de 17 líderes. Isto sem que, aparentemente, tenha sido cumprido o ritual de aprovação de cada uma delas por comissões da Câmara. São, afinal, emendas de comissão, não do Colégio de Líderes.

A pretexto de concentrar esforços na aprovação de medidas urgentes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), suspendeu o funcionamento de todas as comissões da Casa, o que serviu de pretexto para a não aprovação de tais emendas. Já é escandaloso que caiba a deputados

e senadores decidirem o destino de entre 20% a 25% do dinheiro que sobra para investimentos, a pouca grana que não é comprometida com o pagamento de despesas obrigatórias.

Em nenhum outro país parlamentares destinam tanto dinheiro assim. Ao bater pé pelas emendas, o Legislativo faz o que tanto acusa o Judiciário de fazer: invadir prerrogativas de outro poder, no caso, do Executivo. Ao longo dos últimos anos, aproveitando-se da fragilidade de alguns presidentes, o Congresso enfiou na Constituição a obrigatoriedade de aceitação e pagamento de emendas.

Tamanha sede contrária o que prevê a própria Constituição ao citar os poderes do Legislativo. A quem cabe, principalmente, como está explícito em seu nome, fazer leis,

legislar. Cabe ao Congresso tratar de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Traçar diretrizes não é executar recursos.

Apesar do poder de deputados e senadores, o país é presidencialista, escolha dos constituintes foi reafirmada por grande maioria no plebiscito de 1993. O semipresidencialismo que, na prática, foi implantado entre nós viola o desejo da população e cria um sistema ancorado na irresponsabilidade.

Diferentemente do que ocorre no parlamentarismo, o Congresso, por aqui, não pode ser responsabilizado por engargos fiscais, a conta vai toda para os ocupantes de cargos no Executivo.

Político experiente, ex-governador do Maranhão, Dino conhece mecanismos envolvidos em indicações e liberações de

emendas parlamentares, sabe também dos muitos esquemas de desvio de grana.

A Constituição manda pagar as emendas, mas é preciso que o Estado e a sociedade tenham um mínimo de controle sobre origem e destino de tanto dinheiro. Em sua decisão, o ministro do STF determinou o óbvio: quer a publicação das atas das reuniões de comissões permanentes que aprovaram as 5.449 emendas e outros dados que permitam transparência e rastreamento dos valores. Exigências simples, até banais.

Dino aproveitou a deixa para tocar na ferida que associa pagamento de parte das emendas à corrupção. Citou operações da Polícia Federal, notícias publicadas e falou em "degradação institucional" e em "inaceitável quadro de "inconstitucionalidades em série".

A pulverização das emendas em muitos objetivos facilita os desvios e dificulta os controles, já que, de um modo geral, referem-se a obras e serviços de menor porte: no caso das tais 5.449, a média de cada uma ficaria em R\$ 771 mil, valor irrisório na administração pública, o que nem sempre chama a atenção da polícia, do Ministério Público e de tribunais de contas. Geralmente concentram sua atenção em empreendimentos de maior vulto.

O freio de arrumação aplicado por Dino é decisivo para ao menos diminuir uma sangria que ameaça distorcer de vez o exercício das funções públicas e desmoralizar o Congresso e as negociações políticas. O que está em jogo é muito mais que dinheiro, é a própria necessidade da democracia.